



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0003277-48.2018.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito**
Requerente: **CLODOALDO MARTINS DE FREITAS**
Requerido: **Transportadora Turística Suzano Ltda - SUZANTUR**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação que tem origem em acidente de trânsito.

Sustentou o autor que na ocasião em apreço conduzia uma motocicleta pela faixa esquerda da Av. Getúlio Vargas e que quando realizava regular manobra de ultrapassagem de um ônibus da ré, que is pela faixa direita, este repentinamente convergiu para a esquerda, interceptando sua trajetória.

Alegou ainda que houve por isso o embate entre os veículos.

Já a ré em contraposição salientou que o condutor do coletivo "deu seta" de que derivaria à esquerda, mas o autor provocou a colisão quando o ultrapassou; questionou, outrossim, o valor postulado pelo autor.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Não houve produção de prova oral.

O Boletim de Ocorrência lavrado por ocasião do episódio trazido à colação sintetiza as explicações das partes.

Extraí-se dele que o autor imputa à ré a responsabilidade do embate porque o motorista de seu veículo realizou manobra de conversão à esquerda sem a devida cautela, atingindo a motocicleta que pilotava.

O condutor do ônibus, a seu turno, admitiu que efetuava a referida conversão, ressaltando que acionara a sinalização indicativa, sendo então atingido pela motocicleta que o ultrapassava.

Sendo incontroverso que o motorista do ônibus da ré na oportunidade encetou conversão à esquerda, conclui-se que a situação posta é disciplinada pelos arts. 34, 35 e 38 do Código de Trânsito Brasileiro, que dispõem:

Art. 34. O condutor que queira executar uma manobra deverá certificar-se de que pode executá-la sem perigo para os demais usuários da via que o seguem, precedem ou vão cruzar com ele, considerando sua posição, sua direção e sua velocidade.

Art. 35. Antes de iniciar qualquer manobra que implique um deslocamento lateral, o condutor deverá indicar seu propósito de forma clara e com a devida antecedência, por meio da luz indicadora de direção de seu veículo, ou fazendo gesto convencional de braço.

Parágrafo único. Entende-se por deslocamento lateral a transposição de faixas, movimentos de conversão à direita, à esquerda e retornos.

Art. 38. Antes de entrar à direita ou à esquerda, em outra via ou em lotes lindeiros, o condutor deverá:

I – ao sair da via pelo lado direito, aproximar-se o máximo possível do bordo direito da pista e executar sua manobra no menor espaço possível;

II- ao sair da via pelo lado esquerdo, aproximar-se o máximo possível de seu eixo ou da linha divisória da pista, quando houver, caso se trate de uma pista com circulação nos dois sentidos, ou do bordo esquerdo, tratando-se de uma pista de um só sentido".

É oportuno trazer à colação, outrossim, o magistério de **RUI STOCO** sobre esse tipo de manobra:

"Tenha-se em consideração que a conversão à esquerda, embora permitida, é manobra que exige extremo cuidado e atenção porque sempre encerra perigo, somente podendo ser realizada após verificação da corrente de tráfego no mesmo sentido e em sentido contrário, evitando interrompê-la"

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

("Tratado de Responsabilidade Civil - Doutrina e Jurisprudência", Ed. Revista dos Tribunais, 8ª edição, p. 1644).

Assentadas essas premissas, anoto que na espécie vertente não há comprovação consistente de que a ultrapassagem que o autor fazia fosse indevida ou tivesse atuado como causa eficiente da colisão.

Competia à ré demonstrar o fato (art. 373, inc. II, do Código de Processo Civil), mas ela não se desincumbiu satisfatoriamente desse ônus.

Fixa-se, assim, a culpa da ré pelo acidente porque como seu motorista fez manobra de conversão deveria ter obrado com cuidado redobrado, especialmente para não dar margem a situação de risco aos que trafegavam pelo mesmo sentido de direção.

Não foi o que aconteceu, porém, tanto que sucedeu o embate, não assumindo relevância o pretenso acionamento da seta indicativa da manobra (a palavra da ré não foi prestigiada por nenhum dado de convicção) porque mesmo assim remanesceria íntegro o dever do motorista do ônibus em fazê-la de molde a evitar a interrupção da trajetória dos que estavam em idêntico sentido, como o autor.

Daí promana sua responsabilidade em ressarcir-lo pelos danos que sofreu na motocicleta que conduzia.

Sobre o assunto, os orçamentos de fls. 07/08 e 09/12 não foram impugnados específica e concretamente pela ré, como seria imprescindível.

Ela, ademais, não patenteou de maneira segura possível descompasso entre o que foi pleiteado e as fotografias de fls. 14/36, nada permitindo supor que o montante fosse excessivo ou superior ao necessário para a reparação da motocicleta.

Por fim, nem se diga que o pedido estaria abaixo do apurado nos orçamentos porque a fixação implementada pelo autor teve em mira seguramente a regra de acesso ao Juizado Especial Cível sem a participação de Advogado prevista no art. 9º, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

O procedimento à evidência beneficiou a ré, não se vislumbrando qualquer aspecto que o tornasse irregular.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 19.080,00, acrescida de correção monetária, a partir de março de 2018 (época de elaboração dos orçamentos de fls. 07/12), e de juros de mora, contados da citação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intemem-se.

São Carlos, 18 de junho de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**